

Congresso adia votação e ameaça esvaziar nova CMF

JORNAL DE BRASÍLIA *Saúde* 14 DEZ 1995

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara adiou para quarta-feira a votação da admissibilidade da contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF), que irá gerar recursos para a Saúde. O adiamento foi requerido ontem pelo líder do Governo, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP). Segundo ele, a discussão não está bem amadurecida e ainda há resistências no PFL em relação ao imposto.

O Governo, de acordo com Santos, quer continuar conversando para obter mais apoio. Ele garantiu, no entanto, que o PMDB está fechado em relação à aprovação do imposto. "No quadro de hoje, a admissibilidade seria rejeitada caso fosse votada", disse Santos.

O atraso do Congresso Nacional em aprovar a criação da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF) causará um rombo de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões no orçamento da Saúde para o ano que vem. Os R\$ 6 bilhões de arrecadação com a CMF, previstos no orçamento, serão reduzidos à metade, avaliou o ministro Adib Jatene. O Governo previa começar a cobrar a contribuição a partir de janeiro. Com o atraso, Jatene prevê o início da cobrança em maio ou junho, o que causará perda de receitas.

O ministro de Saúde esteve ontem com os da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra, em busca de uma outra fonte de receita para financiar o setor até que comecem a entrar os recursos da CMF. Eles ficaram de estudar o assunto, mas a situação é complicada, porque a Receita Federal e a Secretaria de Orçamento estão prevendo quedas na arrecadação de impostos no próximo ano devido à redução do índice de crescimento da economia do País.

Segundo fontes do Governo, a estimativa de ganhos de R\$ 5,7 bilhões com as mudanças no Imposto de Renda das empresas não se concretizará. Técnicos prevêem um ganho de no máximo R\$ 5,1 bilhões. Além disso, os demais impostos devem apresentar queda de até 25% em relação ao que está previsto no orçamento de 1996 — um crescimento de 4% do PIB. Com isso, o Governo terá que cortar mais despesas para sobrar dinheiro para a

A CONTRIBUIÇÃO OU O CAOS

Se comesse a ser cobrada em janeiro, a CMF renderia **R\$ 6 bilhões** (R\$ 500 milhões por mês)



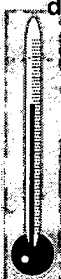
Mas o Congresso só votará a emenda criando a CMF em **janeiro ou fevereiro**



Aprovada, a CMF só poderá ser cobrada a partir de maio ou junho (a Constituição determina cobrança de novas taxas em 90 dias)



Com o atraso na aprovação, a CMF vai render entre **R\$ 3 e 4 bilhões** durante 1996



Até lá, o sistema de saúde (hospitais, centros de saúde, médicos, enfermeiras, etc) não terá como se manter



O Tesouro terá, então, que arranjar outra fonte para cobrir as despesas de saúde.



PA/Editoria de Arte

saúde e para evitar um crescimento do déficit das contas federais.

Jatene lembrou, porém, a Malan que precisa pagar todo mês os hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ainda tem que reajustar as tabelas de prestação de serviços em 40%. Segundo ele, o Ministério da Saúde vai fechar este ano com aplicação de volume de recursos bem inferior às necessidades: precisava de R\$ 16,9 bilhões mas só conseguiu R\$ 15,8 bilhões.

Números — Tentando garantir o apoio do PFL à criação da CMF o ministro Adib Jatene, também esteve ontem pela manhã na liderança do partido com uma pasta recheada de números. Os dados mostram, por exemplo, que o Brasil, com 2,7% do PIB, é um dos países latino-americanos que menos gastos públicos tem com a saúde. Estão à sua frente Costa Rica (7,5%),

Uruguai (6,3%), Argentina (5,8%) e Panamá (5,1%), entre outros.

De acordo com os números, os Estados Unidos gastam 12% do PIB com a saúde, enquanto no Brasil esse percentual não passa de 4%. Em defesa da CMF, Adib Jatene afirmou ainda serem equivocadas as afirmações de que o Brasil tem uma das mais elevadas cargas tributárias do mundo.

Na opinião do ministro o maior problema diz respeito ao volume de arrecadação e sua relação com o PIB do País. Explicou que a carga de tributos corresponde a 28% do PIB oficial, que, na sua avaliação, não é o real. Nesse sentido, salientou que, incluída a economia informal, o PIB real cresce entre 40 e 100 por cento do oficial.

"É essa diferença que dá a idéia do que vem sendo sonhado no Brasil", lamentou o ministro da Saúde.